

# vida mundial

N. 1847 6/2/1975

ECONOMIA PORTUGUESA:  
REVOLUÇÃO SEM AUSTERIDADE?



# REFORMA AGRÁRIA: ANO ZERO

STO... DE...  
... BE...  
... UDES...  
... 25 DE...  
... ARIL...  
... 1975

CONTINENTE E ILHAS: 10\$000 FRANCO 4 fr. CANADÁ 85 cts.  
POR AVIÃO: ANGOLA 17\$50 - MOCAMBIQUE 20\$00

PP.VM



## UMA ECONOMIA DE GUERRA EM TEMPO DE PAZ

Porque nos havemos de iludir? Que ganharemos em admitir que o plano e as eleições irão permitir dar à economia portuguesa aquele alento que tem vindo a perder, aquele dinamismo que, aliás, nunca teve?

Diz o conhecido ditado chinês: «dá um peixe ao esfomeado, ele comerá um dia; ensina-o a pescar, ele comerá a vida inteira». Pois bem, o fascismo deixou-nos um peixe, um único peixe: as reservas do Banco de Portugal. É bom que se tome consciência de que estamos a comer esse peixe, mas que um belo dia (mais um ano, ano e meio?) ele ficará reduzido à espinha. Mas não será tempo de aprender a pescar? De começar a ver a «pesca» que mais nos convém?

### UMA REVOLUÇÃO SEM AUSTERIDADE?

Passemos em revista alguns factos interessantes.

Em primeiro lugar, cremos não ser exagerado afirmar que, **excluídos os desempregados** (1), serão bem poucos os portugueses que em 1974 se viram na dura necessidade de «apertar o cinto», isto é, de reduzir de forma perceptível os seus consumos correntes. Com efeito, as categorias de trabalhadores com mais baixos salários beneficiaram, de uma forma geral, de aumentos que neste momento ainda não devem ter sido absorvidos na totalidade pela taxa de inflação (embora em muitos casos talvez já não falte muito). Ora estas categorias, segundo na altura fomos informados, representavam mais de 50 por cento dos assalariados não-agrícolas. No extremo oposto teremos, por um lado, os detentores de rendimentos do capital (e as profissões liberais), cujos recursos permitem manter durante largo tempo um elevado nível de vida, sejam quais forem as circunstâncias; e por outro os quadros médios e superiores, cujos aumentos, na generalidade, terão sido infe-

riores à taxa de inflação, mas que, normalmente, também dispõem de meios razoáveis de defesa (poupanças, possibilidade de acumulações, acesso a funções «importantes» pós-25 de Abril, etc.), suficientes para atravessar situações destas sem grande mocha. Quanto à massa intermédia — digamos, grosseiramente, aquela que se situa em níveis salariais entre os 6 e os 12 contos/mês — terá havido numerosos assalariados que viram descer o salário real (isto é, descontada a taxa de inflação), mas pode admitir-se que, na maioria dos casos, o simples adiamento de certas aquisições de bens duradouros terá sido bastante para assegurar a manutenção dos padrões habituais de consumo (2).

Se atentarmos em que 100 000 desempregados, a uma média de 4 contos/mês, equivalem a uma disponibilidade de 400 000 contos/mês, os quais chegam para pagar 1000 escudos de aumento a 400 000 trabalhadores que mantiveram o emprego; e que o restante dos aumentos efectuados terá sido «pago» pela inflação, pelo recurso a poupanças anteriores, pela emissão monetária, etc., compreendemos como é que um país que produziu certamente **menos** que em anos anteriores pôde não só evitar a austeridade



como ainda aumentar ou sensivelmente manter o seu «nível geral de vida» (insistimos, **excluindo os desempregados**).

Ora é evidente que não há sistema económico nenhum, e muito menos — se assim se pode dizer — o sistema capitalista, que possa sobreviver longamente numa tal situação: diminuindo a produção, não acumulando capital produtivo — ou mesmo, inversamente, canalizando poupança para fins de consumo —, socorrendo-se de reservas monetárias necessariamente limitadas. Nessas condições o sistema autodestrói-se, e com isso espera, naturalmente, arrastar na queda um poder político «estranho», e vir a renascer pela mão daqueles, mais fortes economicamente e mais persistentes politicamente, que sempre sobrevivem. Note-se que ao dizer que o sistema «espera» não o estamos a personalizar ou a atribuir-lhe qualquer subjectivismo: trata-se, muito pelo contrário, de mecanismos **objectivos**.

O que se disse serve ainda para demonstrar em que medida se não pode falar, **em rigor**, a propósito do processo que estamos

vivendo, de uma verdadeira **revolução**: não há revolução sem uma autêntica ruptura nos comportamentos quotidianos (nomeadamente os de consumo), sem um clima generalizado de «apertar o cinto» (sobretudo num país com o escasso potencial económico português; sobretudo nas categorias de mais elevados rendimentos), **sem um igualmente generalizado «cerrar de dentes» e «arregaçar de mangas», sem uma fase de completa reformulação de objectivos, de total reconversão dos meios disponíveis. É a tal situação que poderemos chamar de «economia de guerra» — em tempo de paz. O que é impossível sem uma mobilização consciente — contrariamente à autêntica economia de guerra, em que a mobilização é em geral forçada — que suporte e controle todos os «traumatismos» que implica uma radical reestruturação política, económica e cultural.**

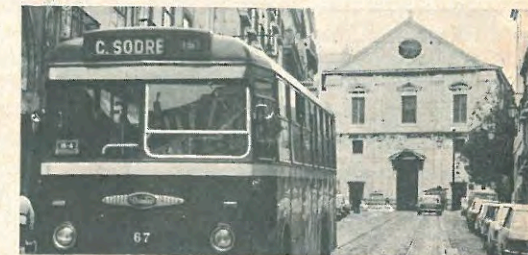
Vejamos um segundo conjunto de factos, ao sabor de notícias mais ou menos recentes de jornais diários. Retenhamos apenas três:

- Uma empresa de montagem e comercialização de veículos automóveis tem em «stock» várias dezenas de autocarros, que não encontram comprador, incluindo as próprias empresas de transporte do mesmo grupo.
- Um navio de pesca está paralisado nos cais durante um mês porque o seu armador se recusa, por questões de princípio, a efectuar um pagamento salarial para o qual, aliás, declara ter disponibilidades financeiras.
- Uma empresa metalomecânica, das mais importantes do País, que cresceu apoiada no fabrico de máquinas agrícolas, virou-se em dada altura para a montagem de camiões militares, encontrando-se agora numa situação extremamente difícil, tendo o Estado passado a administrá-la.

Cada um destes factos (3) suscita um mundo de interrogações e de reflexões. Enunciemos apenas algumas.



Já terá sido dada ordem aos bancos para que dêem prioridade ao crédito a empresas de transportes colectivos?



Quando se compara a área ocupada por um autocarro de 40 passageiros com a que ocupam 40 automóveis cada um com um passageiro...

Quando se afirma ser indispensável dar prioridade aos transportes colectivos sobre os transportes individuais; quando muito simplesmente se compara a área ocupada (de estrada, de rua, de estacionamento, em suma, de **terreno social**) por um autocarro de 40 passageiros com a que ocupam 40 automóveis cada um com um passageiro; quando daí se deduz as espantosas economias sociais da primeira solução sobre a segunda (de energia e de tempo, pela maior velocidade de circulação; de investimento, por uma melhor utilização do espaço físico, etc.), não pode deixar de se considerar uma perfeita aberração, um indiscutível crime social o facto de fazerem em qualquer armazém numerosos autocarros que, ainda que em escassa medida contribuiriam para reforçar e modernizar a frota de transportes colectivos. Mas, pergunta-se, é de espantar que, **na óptica capitalista**, os empresários de transportes se não mostrem inclinados nas circunstâncias presentes a efectuar o investimento que constituiria a aquisição de novos autocarros? E ainda que estivessem





*Discussão em Sesimbra do plano económico, um plano que pela sua própria natureza não romperá com as relações de produção existentes*

dispostos a fazê-lo, terão **de facto** as necessárias disponibilidades financeiras? Ou obterão créditos? Já terá sido dada **ordem** aos bancos para que dêem prioridade ao crédito a empresas de transportes colectivos? Será **possível** dar essa ordem?

Num país que se alimenta mal, que importa enormes quantidades de produtos alimentares, que nisso esgota uma apreciável parcela das suas divisas, não será, de novo, uma aberração, um crime social, ter um navio de pesca parado durante um mês, com isso reduzindo ainda mais as já escassas disponibilidades alimentares? É, e nem se discute. Mas, **no quadro das relações de produção existentes**, não terá o armador todo o «direito» de ter o barco parado (ou, o que vem a dar ao mesmo, de se recusar às concessões que fariam terminar uma greve), se entender que assim defende melhor as suas posições e o seu negócio, a prazo? É claro que lhe assiste esse «direito», e a prova é que o Ministério do Trabalho não teve meios «legais» para o demover.

Enfim, não será outro crime social que num país que importa grande parte das máquinas e equipamentos de que necessita, em que é baixíssima a produtividade agrícola, uma grande empresa metalomecânica tenha perdido a sua vocação de produzir coisas **úteis**, como máquinas agrícolas, para produzir coisas socialmente inúteis, mas mais lucrativas como camiões militares? E que, no momento em que tal mercado findou subitamente, tenha o Estado de ir por certo efectuar investimentos para reconduzir a empresa a uma produção talvez menos lucrativa mas com certeza mais útil (admi-

tindo que é isso que o Estado vai fazer)? Mas, uma vez mais, poder-se-á condenar o empresário capitalista que, entre dois tipos de produto, escolheu o mais rendível?

Que concluir destes três exemplos, bem como de múltiplos outros que diariamente passam diante dos nossos olhos? Que, tanto ou mais importante do que o equipamento produtivo de que dispomos (pequenas unidades, tecnologias rudimentares ou ultrapassados, escassez de qualificações, etc.) é o **modo** como é utilizado, como está organizada a produção, os **objectivos** para que está dirigida. Em termos mais rigorosos embora seja baixo o **nível das forças produtivas**, são as **relações de produção e de apropriação** que nos permitem tirar daquelas o máximo de **utilidade social**. Diremos mesmo que, destruídas essas relações de produção, é muito provável que se verificasse ser espectacular o «rendimento social» que se poderia extrair de tais forças produtivas.

Destruir as relações de produção quer dizer, entre outras coisas, eliminar os obstáculos que se levantam a coisas aparentemente tão racionais como: pôr a circular autocarros necessários para os transportes colectivos em lugar de os ter parados; pôr a pescar todos os navios de pesca disponíveis; produzir máquinas agrícolas, ou outras, onde elas possam ser produzidas. Bastará para isso nacionalizar algumas grandes empresas industriais, «quebrar os dentes aos monopólios»? Mas nenhuma das empresas a que nos referimos é (ou pertence a) um grupo monopolista! E, como vimos, cada um dos ditos empresários actuou dentro

das regras e da lógica do sistema capitalista em que vivemos.

## PLANO E REVOLUÇÃO

Destruir as relações de produção é uma questão política, muito mais que económica. Destruir as relações de produção é, em resumo, o **único** projecto revolucionário. Como é efectivamente baixo o nível das forças produtivas (ainda que não tanto quanto se supõe), como as dependências externas são numerosas e em vários domínios, é claro que esse **projecto** suportaria a tal mobilização consciente, o tal «apertar o cinto», a tal vontade de resistência que já acima apontámos — ou seja —, o tal clima de «economia de guerra».

Pode duvidar-se que o nível de consciência política das massas — da grande maioria dos trabalhadores portugueses e até mesmo dos seus quadros políticos — esteja em condições de enfrentar e suportar uma tal prova. É todo o problema que costuma enunciar-se em termos de estar ou não a revolução «na ordem do dia». Do que não se pode duvidar é de que, face ao quadro que pintámos de início da insustentabilidade de «deixar andar as coisas» eternamente, ou essa consciência política generalizada existe (ou se desenvolve rapidamente através do processo de luta de classes), ou, na sua ausência, torna-se difícil vislumbrar a prazo soluções que não sejam autoritárias, de direita ou de esquerda. A primeira seria o retomar do processo capitalista, só possível à custa de uma repressão necessariamente violenta; a segunda seria o disfarce da revolução sob a capa da «estatização». Esta última, ainda que condições externas inesperadamente favoráveis lhe permitissem subsistir, não poderia igualmente evitar a repressão, fosse ela mascarada como «defesa dos trabalhadores» — a História mostra-nos que, nestas condições, as «novas» relações de produção instauradas podem não ser mais do que uma metamorfose das anteriores, quando só a ruptura seria verdadeiramente libertadora (e ainda que se saiba que tal ruptura é um **processo** e não um **momento**). Com efeito, o **projecto** de que falámos acima comporta uma fase difícil de destruturação/restruturação só ultrapassável através de uma prática levada ao extremo de uma autêntica «democracia de massas», de uma permanente tensão entre forças centralizadoras e descentralizadoras, entre disciplina e mobilidade, entre dirigismo e criatividade. O que é bem diferente do triunfo do





*Uma importante empresa de construção civil, de que o Estado tomou o controlo, tem cerca de um milhar de trabalhadores em excesso relativamente às obras em curso*

centralismo, da disciplina (imposta), do dirigismo (burocrático).

Que tem tudo isto a ver com o Plano (ainda não publicado à data em que escrevemos)? É que o Plano propõe-se, exactamente, através de uma hipotética solução de meio-termo, desbloquear os empresários levando-os a investir e produzir, mobilizar os trabalhadores levando-os a esforçar-se entusiasticamente pela reconstrução do país, reforçar o controlo estatal sobre a economia (por meio de nacionalizações e outras formas de intervenção). Ora julgamos lícito admitir que, na actual situação política e económica, esta última acção, de forte intervencionismo, será de molde a não encorajar o investimento nos sectores não atingidos — até quando? perguntar-se-ão eles — sendo ao mesmo tempo insuficiente para desencadear a pretendida mobilização de trabalhadores. Cremos que o primeiro desses objectivos (o investimento privado) já só será plenamente conseguido por meio de uma solução política claramente à direita, ou, na melhor das hipóteses por uma espécie de social-democracia autoritária, que seria uma contribuição relativamente original que daríamos à história dos sistemas políticos... Quanto ao segundo objectivo, julgamos só ser possível (cu concebível) atingi-lo dentro de uma solução revolucionária — e não é, naturalmente, função de um Plano a de destruir aquilo que se propõe relançar, controlar, racionalizar. O Plano, pela sua própria natureza, não romperá com as relações de produção existentes: poderá fazer com que o peixe que estamos devorando dure um pouco mais, que a pro-

dução se vá aguentando e não tenda a paralisar a curto prazo, que o desemprego se não multiplique rapidamente, que as engrenagens da Administração Pública sacudam uns miligramas da ferrugem que acumularam, e mais outras coisas do género. Mas não conseguirá, pelas razões que já vimos, mudar o essencial, que se pode resumir em privilegiar a **utilidade social** em relação à **rendibilidade privada (ou pública)**. Um planeamento feito nesta base só pode vir depois e nunca antes de alterações políticas que se ataquem às relações de produção. Aqueles que exigiam ao Plano uma grande severidade no campo das nacionalizações não estavam a colocar o problema nestes termos, pois situavam as suas propostas dentro das actuais relações de produção. Se é certo que o controlo estatal de certos sectores é politicamente fundamental (o que implica ainda que seja politicamente utilizado, coisa distinta de **partidariamente utilizado...**), não se pretenda iludir os trabalhadores dando-lhes a entender que pode ser o Plano a fazer a revolução (ou a lançar-lhe as bases)... Esta não se faz em manobras de gabinete ou em assembleias de 10, 20 ou mesmo 200. Em tais conciliábulos poder-se-á, quando muito, tomar medidas que aplanem (ou não constituam) obstáculos ao processo revolucionário. E este pode, em determinadas condições, nem sequer ser favorecido por «ferozes» radicalismos de cúpula derivados de preocupações táticas, eleitorais ou outras.

Pôr autocarros a circular; fazer ao mar navios de pesca; fabricar máquinas agrícolas — parece tão simples (quando não se



*Um navio de pesca está paralisado no cais durante um mês porque o seu armador se recusa a efectuar um pagamento salarial para o qual, aliás, declara ter disponibilidades financeiras*

perguntar logo a seguir: será rendível? — e, no entanto, é suficiente para se compreender o que é (seria) uma revolução. Para se compreender que vivemos na sociedade do desperdício e da irracionalidade. Para se compreender o que seria uma «economia de guerra» voluntariamente assumida.

JOÃO MARTINS PEREIRA

(1) Bem como certas categorias de assalariados urbanos privilegiados, que completavam largamente os respectivos salários com actividades de especulação bolsista. E ainda, é claro, os trabalhadores remunerados «à peça» ou à comissão.

(2) Isto excluindo certos comportamentos que seria demasiado fácil classificar como irracionais, mas que são sociologicamente explicáveis: falamos da «escala de prioridade» de consumo, viciado pela ideologia e pela organização social dominantes, que terá levado muitos a adquirir automóveis quando certas necessidades básicas estavam longe de se encontrar satisfeitas; em tais casos, o «apertar o cinto» terá sido finalmente uma sanção, não uma necessidade.

(3) Juntamos um quarto exemplo, de que recentemente tivemos conhecimento e que o leitor facilmente integrará na análise subsequente: uma importante empresa de construção civil de que o Estado tomou o controlo tem cerca de um milhar de trabalhadores em excesso relativamente às obras em curso. Como lhes continua a pagar os salários, a fim de de não os lançar no desemprego, ofereceu-se a várias autarquias locais e até governos civis para executar gratuitamente trabalhos de que houvesse urgente necessidade: não encontrou qualquer eco a esta sua diligência!